



ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO - DDP, DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, realizada aos vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, às treze horas e trinta minutos, na Google Meet: <<https://meet.google.com/xyz-zupd-joi>>, sob a presidência do Prof. Dr. Umberto Celli Júnior, e com a presença dos membros, Profs. Drs. Alexandre Naoki Nishioka, Caio Gracco Pinheiro Dias, Daniel Pacheco Pontes, Eliana Franco Neme, Fabiana Cristina Severi, Gabriel Loretto Lochagin, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Gustavo Assed Ferreira, Maria Paula Costa Bertran, Thiago Marrara de Matos, Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez, e a Secretária convidada, Sra. Bruna Gabriele Massaroto. Ausências justificadas: Prof. Dr. Rubens Beçak. Ausentes: Profs. Drs. Claudio do Prado Amaral, Eduardo Saad Diniz, Juliana Domingues, Raul Miguel Freitas de Oliveira, Sebastião Sérgio da Silveira, e o representante discente Sr. Pedro Duarte Joviliano. I – **EXPEDIENTE: 1 - Discussão e aprovação da Ata da 113ª sessão ordinária, realizada em dezessete de agosto de dois mil e vinte e dois. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade de votos. 2 - Comunicações do Sr. Presidente:** Primeiramente, o **Professor Celli** agradeceu a presença dos Senhores Professores membros do Conselho Departamental, da secretária do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, Sra. Bruna Massaroto, deu boas vindas ao novo secretário do DDP, Sr. Daniel Adolfo Salgueiro Pires, agradeceu os bons serviços prestados pela Sra. Isabel Cristina Gonçalves, e deu início aos trabalhos. O Sr. Presidente mencionou os pedidos de auxílio financeiro para participação no XI Encontro Internacional do CONPEDI, a ser realizado nos dias 13 a 15 de outubro de 2022, em Santiago, no Chile. **3 - Palavra aos Membros: Prof. Guilherme** salientou a importância da participação do corpo docente no evento, frisou a questão de pontuação para o Programa de Pós-Graduação da Unidade e expôs os critérios adotados pela Direção para concessão do auxílio financeiro, sendo esses: o vínculo do docente com o Programa de Pós-Graduação, ou a intenção de vínculo, e, pelo menos, 3 artigos submetidos, sendo ao menos 1 aprovado. O professor também informou que a Direção da Unidade custeará o pagamento das inscrições dos autores vinculados à Unidade e com artigos aprovados. Observou que os alunos de graduação podem ser coautores, todavia não podem apresentar os trabalhos no evento, por se tratar de um evento de Pós-Graduação. E, após debate entre os presentes, ficou acertada a indicação de um único parecerista para análise dos pedidos encaminhados ao DDP, tendo o Prof. Dr. Gustavo Assed se prontificado para tanto; firmou-se também orientação da não concessão de auxílio aos discentes de graduação por tratar-se de um evento de Pós-Graduação. II - **ORDEM DO DIA.** O Sr. Presidente solicitou a inversão de pauta, para análise do item 2 da pauta Suplementar, pedido este aprovado pelos presentes. III - **PAUTA SUPLEMENTAR. 2-GR/CIRC/109, de 27 de abril de 2022 - Propostas para alocação de cargos docentes do DDP:** O Sr. Presidente informou a prorrogação do prazo para envio da proposta à Direção da Unidade, para posterior análise da egrégia Congregação, sendo a nova data vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois. E, na sequência, referiu-se à proposta apresentada pelos Professores Fabiana Severi, Caio Cracco e Gabriel Lochagin, passando a palavra aos membros para manifestação. Após debate entre os presentes, como não houve consenso



sobre a proposta, ficou acertado que a Professora Eliana Franco Neme apresentaria um parecer a respeito a ser debatido em sessão extraordinária a ser realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, às 13 horas, virtualmente. **II - ORDEM DO DIA. REFERENDAR: 1 - Of/DDP-FDRP/013-2022, de 1º de setembro de 2022 - áreas e programas para abertura de concursos de Livre-Docência do Departamento de Direito Público de 2022.** Referendado por unanimidade. Área: DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. O Constitucionalismo. 2. Conceito de Constituição. 3. Princípios constitucionais. 4. A eficácia das normas constitucionais. 5. Interpretação e aplicação de normas constitucionais. 6. A teoria do Poder Constituinte. 7. A evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro. 8. A democracia / A representação política / Evolução e aspectos atuais. 9. Nacionalidade e direitos políticos. 10. Partidos políticos / Estatuto constitucional dos partidos políticos. 11. A forma de Estado: Federalismo e repartição de competências. 12. As entidades federadas e a intervenção federal e estadual. 13. As teorias de divisão do Poder. 14. Sistemas de Governo. 15. O Poder Legislativo: organização, competências e garantias. 16. O processo legislativo. 17. O Poder Executivo: organização e competências. 18. Princípios constitucionais da Administração Pública. 19. O poder regulamentar. 20. O Poder Judiciário e suas garantias / A organização da Justiça Brasileira / O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. 21. As funções essenciais à Justiça. 22. O controle de constitucionalidade / Sistemas e caso brasileiro / Impacto no sistema jurídico. 23. A Constituição Econômica e social / A atuação do Estado no domínio econômico e social e seus limites / Controle jurisdicional de políticas públicas. Área: DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Direito Administrativo. 1.1. Origem. 1.2. O direito administrativo no sistema de base romanística. 1.3. O direito administrativo no sistema da common Law. 1.4. Evolução. 1.5. Tendências atuais. 2. Fundamentos políticos-institucionais do direito administrativo. 2.1. Princípios do Estado de Direito. 2.2. Separação de poderes. 3. Objeto e conceito do direito administrativo. 4. Administração Pública. 4.1. Conceito. 4.2. Administração Pública como atividade: a função administrativa do Estado. 4.3. Administração Pública como sujeito: pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos. 4.4. Desconcentração e descentralização. 4.5. Estrutura: administração direta e indireta. 4.6. Órgãos públicos: teorias, conceito, natureza, classificação. 5. Descentralização administrativa: conceito e modalidades. 5.1. A descentralização no direito brasileiro. 5.2. Desconcentração: administrativa direta. 5.3. Descentralização administrativa: administração indireta. 5.4. Autarquias. 5.5. Autarquias de regime especial: agências executivas e agências reguladoras. 5.6. Fundações. 5.7. Empresas estatais: sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades sob controle do Estado. 5.8. Controle administrativo ou tutela. 6. Terceiro setor. 6.1. Conceito. 6.2. Características. 6.3. Regime jurídico. 6.4. Controle. 6.5. Serviços Sociais Autônomos. 6.6. Organizações Sociais. 6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 6.8. Fundações de Apoio. 7. Regime jurídico da Administração Pública. 7.1. Regime jurídico de direito privado na Administração Pública. 7.2. Regime jurídico administrativo. 7.3. Binômio: supremacia do interesse público e tutela dos direitos individuais. 8. Princípios do direito administrativo. 8.1. Papel dos princípios como fonte do direito. 8.2. Papel dos princípios na interpretação da lei. 8.3. Princípios constitucionais do direito administrativo. 8.4. Princípios



infraconstitucionais. 9. Poderes da Administração Pública. 9.1. A noção de poder dever. 9.2. Discricionariedade ou vinculação no exercício dos poderes. 9.3. Poder normativo. 9.4. Poder disciplinar. 9.5. Poder hierárquico. 10. Serviço público. 10.1. Evolução. 10.2. Conceito. 10.3. Elementos da Definição. 10.4. Características. 10.5. Princípios. 10.6. Classificação. 10.7. Meios de gestão. 11. Poder de polícia. 11.1. Evolução. 11.2. Conceito. 11.3. Polícia Administrativa e judiciária. 11.4. Meios de Atuação. 11.5. Características. 11.6. Limites. 12. Ato administrativo. 12.1. Origem da expressão. 12.2. Conceito. 12.3. Atributos. 12.4. Elementos. 12.5. Classificação. 12.6. Atos administrativos em espécie. 12.7. Vícios. 12.8. Extinção e convalidação. 12.9. Confirmação. 13. Processo administrativo. 13.1. Processo e procedimento. 13.2. Modalidades. 13.3. Princípios. 13.4. Meios de apuração da responsabilidade: verdade sabida, sindicância e processo disciplinar. 14. Licitação. 14.1. Conceito. 14.2. Princípios. 14.3. Dispensa e inexigibilidade. 14.4. Modalidades. 14.5. Procedimento. 14.6. Anulação e Revogação. 15. Contrato administrativo. 15.1. Conceito. 15.2. Características. 15.3. Rescisão. 15.4. Formalidades. 15.5. Modalidades. 15.6. Contratos de gestão. 15.7. Convênio e consórcio administrativo. 16. Terceirização na Administração Pública. 16.1. Significado. 16.2. Modalidades. 16.3. Limites. 17. Restrições do Estado sobre a propriedade privada. 17.1. Fundamentos: supremacia do interesse público e função social da propriedade. 17.2. Limitação administrativa. 17.3. Ocupação temporária. 17.4. Requisição administrativa. 17.5. Tombamento. 17.6. Servidão administrativa. 17.7. Edificação ou parcelamento compulsório. 17.8. Desapropriação. 18. Agentes públicos: 18.1. Conceito e modalidades. 18.2. Agentes políticos. 18.3. Particulares em colaboração com a Administração. 18.4. Responsabilidade. 19. Servidores Públicos. 19.1. Conceito. 19.2. Categorias: estatutário, trabalhista e temporário. 19.3. Regime constitucional. 19.4. Direitos e deveres. 19.5. Regime previdenciário. 19.6. Provimento e vacância. 19.7. Responsabilidade civil, penal e administrativa. 19.8. Improbidade administrativa. 20. Responsabilidade civil do Estado. 20.1. Teorias. 20.2. Evolução no direito brasileiro. 20.3. Causas excludentes e atenuantes. 20.4. Responsabilidade por atos judiciais. 20.5. Responsabilidade por atos legislativos. 20.6. Reparação do dano. 21. Bens públicos. 21.1. Conceito. 21.2. Classificação. 21.3. Regime jurídico. 21.4. Alienação e aquisição. 21.5. Utilização por particulares: uso privativo e uso comum. 21.6. Bens públicos em espécie. 22. Intervenção do Estado no domínio econômico. 22.1. Evolução. 22.2. Conceito. 22.3. Intervenção Direta e Indireta. 22.4. Exploração de atividade econômica pelo Estado. 22.5. Regulação da Atividade Econômica. 23. Controle da Administração Pública. 23.1. Conceito. 23.2. Modalidades. 23.3. Controle administrativo: conceito, recursos administrativos e outros instrumentos de controle, coisa julgada administrativa e prescrição administrativa. 23.4. Controle legislativo: político e financeiro. 23.5. Controle judicial: Sistemas de jurisdição, Privilégios da Administração Pública em juízo, Meios de controle: habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança ação popular, ação civil pública. Área: DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO: Direito Ambiental: 1. O problema ambiental e sua abordagem econômica. 2. A correção das externalidades do mercado. 3. O problema ambiental e sua abordagem ética. 4. Interdisciplinaridade e direito ambiental. 5. Direito Ambiental: características e princípios. 6. A problemática do desenvolvimento sustentável.



7. Políticas públicas e direito ambiental. 8. Política ambiental e suas técnicas: instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos. 9. O meio ambiente na Constituição Federal. 10. Competência em matéria ambiental. 11. As regras sobre a apropriação dos recursos naturais. 12. A Política Nacional do Meio Ambiente. 13. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). 14. Atuações preventivas e repressivas da Administração Pública em matéria ambiental. 15. Mecanismos de controle da poluição. 16. O zoneamento ambiental. 17. O Licenciamento ambiental e as avaliações de impacto ambiental. 18. Espaços territoriais especialmente protegidos. 19. A Política Nacional de Recursos Hídricos. 20. A gestão de resíduos sólidos. 21. Responsabilidade pós-consumo. 22. Diversidade biológica, biossegurança e biotecnologia. Direito Urbanístico Brasileiro: 1. Conceitos básicos: urbanismo e urbanização; cidade e município no direito brasileiro; 2. Urbanização brasileira: histórico, problemas e tendências; 3. Direito urbanístico no Brasil: evolução legislativa e panorama da legislação atual; 4. O direito urbanístico na Constituição: competências e normas materiais; 5. Estatuto da cidade: estrutura e diretrizes gerais; 6. Sistema de planejamento territorial; plano Diretor: disciplina, casos de obrigatoriedade e problemas jurídicos; 7. A teoria do domínio público urbano e a relação entre espaço e direitos fundamentais; a relevância da gestão democrática da cidade; 8. Instrumentos do Estatuto da Cidade I: edificação e parcelamento compulsório; IPTU progressivo e desapropriação sancionatória urbana; 9. Instrumentos do Estatuto da Cidade II: usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, direito de preempção; 10. Instrumentos do Estatuto da Cidade III: outorga onerosa do direito de construir; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; estudo de impacto de vizinhança (EIV); 11. Política de acessibilidade urbana; 12. Política de mobilidade urbana; 13. Política de proteção da paisagem e do patrimônio cultural urbano; 14. Direito dos desastres: Política Nacional de Defesa Civil. Área: DIREITO INTERNACIONAL Direito Internacional Público e Organizações Internacionais I. 1. Introdução Teórica. 1.1. Direito Internacional e Relações Internacionais (RI). 1.2. O papel do direito nas relações internacionais. 1.3. Evolução histórica do Direito Internacional. 2. Teoria Geral do Direito Internacional. 2.1. Características do Direito Internacional. 2.2. Direito Internacional e Direito Supranacional. 2.3. O debate clássico sobre o Fundamento do Direito Internacional e sobre a sua relação com os ordenamentos jurídicos nacionais. 3. Fontes do Direito Internacional. 3.1. Fontes Materiais e Fontes Formais. 3.2. Classificação das Fontes Formais. 3.3. Tratados internacionais. 3.4. Os Tratados no Direito Brasileiro. 3.5. O Costume internacional. 3.6. Princípios Gerais de Direito. 3.7. Atos unilaterais. 3.8. Atos emanados das Organizações Internacionais. 3.9. Fontes Subsidiárias. Direito Internacional Público e Organizações Internacionais II. 1. Sujeitos do Direito Internacional. 1.1. Atores das relações internacionais e sujeitos de Direito Internacional. 1.2. O Estado – Soberania, Delimitação da soberania, Território, Nacionalidade e Extraterritorialidade, Sucessão de Estados, Reconhecimento do Estado e do Governo. 1.3. Organizações internacionais. 1.4. Sujeitos controversos – Indivíduo, Empresas Multinacionais, Movimentos Sociais Transnacionais, Humanidade. 2. Conflitos Internacionais. 2.1. Conceito de Conflito Internacional. 2.2. As alternativas para a solução de conflitos. 2.3. Procedimentos pacíficos de solução de conflitos internacionais.



2.4. Responsabilidade internacional do Estado. 2.5. A Coerção no direito internacional. 2.6. Conflitos Armados. Direito Internacional Privado I – Processo Internacional. 1. Ordem Pública e DIPRI: proteção aos direitos humanos e direitos fundamentais. 2. Métodos de escolha entre a lei nacional e estrangeira. 3. Fontes do DIPRI: o direito internacional, o direito da integração e o direito interno. 4. Competência internacional dos tribunais internos. 5. Cooperação jurídica internacional: cartas rogatórias. 6. Cooperação jurídica internacional: homologação de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros. 7. Cooperação jurídica internacional: auxílio direto. Direito Internacional Privado II – Normas Conflituais. 1. Normas conflituais ou indicativas: estrutura, histórico, classificações. 2. Reenvio. 3. Restrições ao direito estrangeiro: ordem pública, fraude à lei, instituição desconhecida. 4. Estatuto da pessoa natural: personalidade, capacidade, nome e direito de família. 5. Estatuto da pessoa natural: aspectos relativos ao casamento e divórcio. 6. Estatuto da pessoa natural: filiação e adoção internacional. 7. Estatuto das sucessões. 8. Estatuto real. 9. Estatuto das obrigações: contratos internacionais e *lex mercatoria*. 10. Estatuto da pessoa jurídica estrangeira. Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos. 1. Introdução: autonomia do direito internacional dos direitos humanos. 2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos: formação e fase normativa. 3. O Direito Internacional dos Direitos Humanos: consolidação e fase de implantação. 4. As três vertentes da proteção internacional da pessoa: direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. 5. A proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais. 6. Interpretação e aplicação dos tratados e instrumentos internacionais de direitos humanos. 7. Proteção e monitoramento dos direitos humanos. 8. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. 9. O sistema europeu de proteção dos direitos humanos. 10. O sistema africano de proteção dos direitos humanos. Migrações Internacionais e Direito do Estrangeiro. 1. Categorias de I. Wallerstein na análise do direito: o Sistema-Mundo e as migrações internacionais. 2. Teorias das dinâmicas migratórias. 3. A construção do direito internacional relativo ao migrante: direito do refugiado e dos trabalhadores migrantes. 4. Instituições internacionais de proteção ao imigrante. 5. Direito de integração e direito à livre circulação de trabalhadores. 6. Direito do estrangeiro nas Constituições americanas: o direito a não discriminação. 7. O direito do estrangeiro no Brasil: perspectiva histórica e contemporânea. Direito da Integração Regional. Parte 1: Introdução. A Europa Comunitária. 1. Contexto internacional e especificidades europeias. 2. Estruturas europeias. 3. Formação e evolução das comunidades. Parte 2: 1. Natureza Jurídica da Comunidade e de seu Ordenamento jurídico. 2. Princípios constitucionais comunitários. Parte 3: 1. Estrutura orgânica das Organizações de Integração. 2. As Organizações de Integração e a Personalidade Jurídica Internacional. 3. Princípios essenciais de um ordenamento jurídico comunitário. 4. Controle de legalidade. 5. A interpretação uniforme e a solução de controvérsias nos processos de integração. 6. A importância de um Tribunal supranacional para o processo de integração. 7. A ausência de um tribunal supranacional - o caso MERCOSUL. 8. O mecanismo de solução de controvérsias do Protocolo de Olivos. 9. A primeira das liberdades fundamentais de um mercado comum: A livre circulação de mercadorias. 10. A livre circulação de mercadorias na União Europeia e no MERCOSUL. 11.



O Programa de Liberação Comercial e o Regime Comum de Origem. 12. A implantação da TEC no sistema do MERCOSUL. 13. A liberdade de circulação de trabalhadores. Área: DIREITO ECONÔMICO: 1. Ordem Econômica Constitucional e a Aplicação da Constituição Econômica. 2. Política Econômica e o Direito Econômico. 3. Direito Econômico e sua relação com o Estado Social e o Estado Intervencionista. 4. Constituição Federal de 1988: princípios da ordem econômica. 5. Relação do princípio da livre iniciativa e da livre concorrência. 6. Regulação Econômica: Origem e fundamentos. 7. Regulação, intervenção e bem-estar social. 8. Regulação e a teoria do Desenvolvimento. 9. Marcos da Regulação Econômica Pós-Constituição de 1988. 10. Aspectos centrais da regulação preventiva em mercados concentrados ou monopolizados. 11. Os Setores Regulados e a criação de Agência Reguladoras no Brasil. 12. A história do Direito da Concorrência (Direito Antitruste). 13. Definição de Mercado relevante e a Posição dominante: aspectos relevantes para a regulação econômica. 14. Os Acordos verticais e os Acordos horizontais. 15. O “Novo CADE” e a regulação da concorrência no Brasil com a mudança legislativa. 16. O Controle de Condutas no Brasil. 17. O Controle de Estruturas no Brasil. 18. Critérios para o Controle concorrencial: os Critérios de Notificação e a Definição do Mercado Relevante. 19. O Poder de mercado e o abuso de posição dominante: relação com o controle regulatório. 20. As sanções administrativas em casos de conduta. 21. Os acordos administrativos no controle regulatório concorrencial: termo de Compromisso de Cessação de Prática e os Acordos de Leniência. 22. A Defesa da Concorrência no Contexto Internacional. 23. A ordem econômica internacional. 24. Os sujeitos do Direito Econômico Internacional. 25. Direitos e deveres econômicos dos Estados no cenário internacional. 26. Direito Econômico da Integração e os tratados de integração econômica regional. Área: DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO: 1. Direito Financeiro: conceito e objeto. Ciência das Finanças e Direito Financeiro. Fontes e ramos do Direito Financeiro. 2. História e Evolução do Direito Financeiro. 3. Atividade Financeira do Estado. 4. Normas Gerais de Direito Financeiro. A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Renúncia de Receitas. Conceito e Espécies. A Renúncia de Receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal. 6. Federalismo Fiscal. 7. Repartição de Fontes de Receita: a Discriminação da Competência Tributária. 8. Transferências Intergovernamentais. Participação Direta e Indireta no produto da arrecadação. 9. Os Fundos Constitucionais. Fundos de Partilha e Fundos de Destinação. 10. Transferências Voluntárias. 11. Orçamento Público. Evolução histórica e princípios Orçamentários. 12. Natureza Jurídica do Orçamento Público. 13. Leis Orçamentárias e o Planejamento Financeiro da Ação Governamental: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. 14. Execução orçamentária. Instrumentos de Flexibilidade da Execução Orçamentária. 15. Despesas públicas. Conceito e classificações. 16. Direito Financeiro e direitos humanos. Financiamento de direitos sociais e dignidade da pessoa humana. Ativismo judicial. Reserva do possível. 17. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Controles Interno e Externo. 18. Tribunais de Contas. Natureza Jurídica. Competências e Jurisdição. 19. Sanções Aplicáveis pelo Tribunal de Contas. Responsabilidade Financeira. 20. Crédito Público e Dívida Pública. Necessidades de Financiamento do Setor Público. Conceito e Classificações. 21. Operações de crédito:



Natureza Jurídica, Limites e Controle. 22. Endividamento e autonomia financeira dos entes federados: garantias, contragarantias, limites e vinculações de receitas. 23. Reestruturação Internacional da Dívida Pública. Funções das Instituições Financeiras Multilaterais e Outros Organismos. Área: DIREITO TRIBUTÁRIO: Direito Tributário I 1. Conceito de Tributo e espécies tributárias. 2. Classificação jurídica dos tributos – tributos vinculados e não vinculados. 3. Sistema Tributário Nacional. 4. Segurança jurídica em matéria tributária. 5. Competência Tributária. 6. As normas gerais de direito tributário. 7. Princípios constitucionais tributários. 8. Imunidades tributárias. 9. Validade, vigência, eficácia e aplicação das normas tributárias. 10. Fontes do direito tributário. 11. Interpretação das normas tributárias. Direito Tributário II: 1. Introdução à regra-matriz de incidência tributária – hipótese tributária e o fato jurídico tributário. 2. A regra-matriz de incidência tributária – O conseqüente da norma e as relações jurídicas tributárias. 3. A Obrigação tributária. 4. Sujeito ativo. Parafiscalidade. 5. Sujeição passiva tributária. Contribuintes. Responsáveis. Substituição tributária. 6. Crédito tributário e lançamento tributário. 7. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 8. Extinção do crédito tributário. 9. Decadência e prescrição no direito tributário. 10. Garantias do crédito tributário. 11. Ilícitos e sanções tributárias aspectos gerais. 12. Administração tributária. Área: DIREITO PENAL: 1. Evolução da Doutrina Penal: Escolas penais. 2. Tendências do Direito Penal. 3. Lei penal: interpretação. 4. Lei Penal no Tempo. 5. Lei Penal no Espaço. 6. Tipicidade penal. 7. Crimes omissivos e omissão penalmente relevante. 8. Culpabilidade e Responsabilidade. 9. Antijuridicidade e suas excludentes. 10. Funções da Pena. 11. Penas em espécie. 12. Punibilidade e suas excludentes. 13. Crimes contra a vida. 14. Crimes contra a honra. 15. Crimes contra a liberdade individual. 16. Crimes contra o Patrimônio I: Furto, roubo e extorsão. 17. Crimes contra o Patrimônio II: apropriação, estelionato e receptação. 18. Crimes contra a Dignidade Sexual. 19. Formação de quadrilha e crime organizado. 20. Crimes de perigo concreto e abstrato. 21. Crimes do funcionário Público contra a Administração em Geral. 22. Crimes do Particular contra a Administração em Geral. 23. Crimes Financeiros. 24. Lavagem de Dinheiro. Área: DIREITO PROCESSUAL PENAL: Direito Processual Penal I. 1. Processo penal e Constituição. 2. Garantias constitucionais do processo penal. 3. Investigação criminal: inquérito policial e outras formas de investigação. 4. Ação penal: condições da ação penal, condições de procedibilidade, pressupostos processuais, espécies de ação penal (ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada, ação penal de iniciativa privada). Direito Processual Penal II. 1. Ação civil “ex delicto”. 2. Competência: conceito, classificação e critérios determinadores. Competência absoluta e relativa. Modificação de competência. Conflito de competência. 3. Sujeitos processuais: juiz, partes, defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 4. Prova: teoria da prova (conceitos, momentos, sistemas, ônus e prova ilícita) e provas em espécie. 5. Atos processuais de comunicação: citação e intimação. Direito Processual Penal III. 1. Procedimentos: processo e procedimentos, espécies (comum e especial), procedimento comum ordinário, procedimento sumário e procedimento sumaríssimo (Lei 9.099/95). 2. Processo e procedimento do júri. 3. Procedimentos incidentais: exceções e outros incidentes. 4. Questões prejudiciais. 5. Sentença e coisa



julgada. Direito Processual Penal IV. 1. Nulidades: teoria das nulidades (sistema de nulidades e Constituição, natureza jurídica, conceito, princípios, espécies, efeitos) e nulidades em espécie. 2. Recursos: teoria dos recursos (duplo grau, ações impugnativas autônomas - diferenças, natureza jurídica, conceito, característica, princípios, efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições recursais e pressupostos recursais). 3. Prisão e liberdade: prisão cautelar (conceito, natureza jurídica, pressupostos e espécies), liberdade provisória (com e sem vínculos) e medidas alternativas à prisão cautelar. 4. Provedimentos cautelares patrimoniais penais: sequestro, hipoteca legal e arresto. Direito Processo Penal e Constituição. 1. Direito processual constitucional. Tutela constitucional do processo. Jurisdição constitucional das liberdades. 2. As garantias do processo penal na Constituição e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 3. Presunção de inocência: princípio e garantias. 4. A cláusula do devido processo legal. Evolução histórica. Sentidos material e processual. 5. O juiz independente e imparcial. O princípio do juiz natural e sua dúplice garantia. A garantia do juiz constitucionalmente competente. 6. A garantia do contraditório. A estrutura dialética do processo. Contraditório concreto e efetivo. O papel do juiz. 7. O processo penal como processo de partes. Igualdade formal e igualdade real. A "par condicio". 8. Ampla defesa. Autodefesa e defesa técnica. O princípio "nemo tenetur se accusare" e o direito ao silêncio. 9. O conteúdo da garantia do contraditório. 9.1. Contraditório sobre o direito. 9.2. Direito à prova. 9.3. Limites do direito à prova. 9.3.1. Provas ilícitas. 9.3.2. Interceptações telefônicas. 9.3.3. Gravações clandestinas. 9.4. O contraditório no momento da decisão. 10. A publicidade processual e seus limites. 11. A motivação das decisões. Estrutura da motivação: motivação de fato e de direito. Vícios de motivação. 12. O duplo grau de jurisdição e o direito ao recurso. 13. Garantias constitucionais da prisão cautelar. 14. As modalidades de prisão cautelar. 14.1. Prisão preventiva. 14.2. Flagrante. 14.3. Prisão decorrente de pronúncia. 14.4. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível. O direito de apelar em liberdade. 14.5. Prisão temporária. 14.6. Duração da prisão cautelar. 15. A motivação das decisões judiciais no processo penal. 16. Prisão e liberdade provisória. Indenização pela prisão injusta. 17. As garantias do julgamento pelo Tribunal do Júri. 18. Justiça penal consensual. A lei dos Juizados Especiais Criminais. 19. "Habeas corpus" e mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. Direito da Execução Penal. 1. Natureza, objetos e objetivos da execução penal. Princípios da execução penal: Legalidade. Humanidade. Isonomia. Jurisdicionalidade. Individualização da pena. Intranscendência ou personalidade. Presunção de inocência. Ampla defesa e contraditório. 2. Evolução histórica. Aplicação da lei de execução penal. Sujeitos passivos da lei de execução penal: Preso provisório. Condenado: Classificação do condenado. Exame criminológico. Periculosidade e agente imputável. Comissão Técnica de Classificação (CTC). Comissão junto ao Juízo da Execução. Beneficiário do "sursis". Libertado condicionalmente. Crime político. Crime militar. Crime eleitoral. Crime de competência federal. Submetido à medida de segurança. Prisão civil. Prisão administrativa. Egresso. Estrangeiro. Indígena. 3. Assistência ao preso: Assistência material. Assistência à saúde. Assistência jurídica. Assistência educacional. Assistência social. Assistência religiosa. Assistência ao egresso. Auxílio-reclusão, Trabalho:



Remuneração. Remição. Trabalho interno. Trabalho externo. 4. Deveres. Direitos. Disciplina. 5. Órgãos do sistema de execução penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Juízo de execução. Ministério Público. Patronato. Conselho da Comunidade. 6. Estabelecimentos penais. Classificação e separação. Instalações especiais, Lotação. Vagas. Estabelecimentos em espécie. 7. Execução das penas privativas de liberdade. Execução provisória. Pena privativa de liberdade. Guia de recolhimento. Liquidação das penas. Prisão especial. Regimes. Remição. Detração. Autorizações de saída. Alvará de soltura. 8. Execução das penas restritivas de direitos. Código penal. Lei de abuso de autoridade. Código de defesa do consumidor. Código de trânsito. Lei de crimes ambientais. Estatuto do torcedor. Lei de falência. Aplicação e execução. Suspensão da execução das penas restritivas. Prescrição. 9. Execução da pena de multa. Valor. Pagamento. Não pagamento. Suspensão. Execução. Prescrição. Transcendência da pena de multa. 10. Medida de segurança. Aplicação. Espécies. Prazo. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável. Execução. Cessaçãõ da periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Extinção da medida de segurança. Tratamento médico da lei 11.343/2006. 11. Suspensão condicional da execução da pena ("Sursis"). Período de suspensão. Requisitos. Concessão. Crimes hediondos. Fixação das condições. Condições em espécie. Registro e averbação. Perda de eficácia. Fiscalização. Revogação. Prorrogação do período de prova. Extinção. 12. Livramento condicional. Requisitos. Gravidade do crime. Procedimento para a concessão. Condições. Acompanhamento. Suspensão. Revogação. Interrupção do prazo. Prorrogação. Cumprimento da pena em livramento condicional. 13. Monitoramento eletrônico. Possibilidades técnicas. O monitoramento como pena. Regime fechado e monitoramento. Prisão preventiva e monitoramento. O monitoramento na lei de execução penal. Regulamentação estadual. 14. Incidentes na execução. Conversões. Excesso ou desvio. Anistia. Indulto. Graça. Comutação da pena. Delação premiada. Remissão. 15. Regime Disciplinar Diferenciado. Procedimento judicial. Código de processo penal e lei de execução penal. 16. Código penal e lei de execução penal. Rito processual. Recursos. Mandado de segurança. Revisão criminal. "Habeas corpus". 17. Reabilitação. Natureza. Competência. Objeto e alcance. Requisitos. Procedimento. Revogação. Recursos. Área: TEORIA GERAL DO ESTADO: 1. Teoria do Estado: noção, objeto, método. 2. Sociedade. 3. Poder. 4. Soberania. 5. Estado: conceito, origem, evolução. 6. Estado, território e povo. 7. Finalidades e Funções do Estado. 8. Estado e Direito. 9. Estado e Democracia. 10. Democracia: Tipologia, evolução, perspectivas atuais. 11. Representação / Sistemas eleitorais e Sistemas partidários. 12. Formas de Estado / O Estado Federal. 13. As teorias de divisão do Poder. 14. Sistemas de governo. 15. O Estado na Ordem internacional / O futuro do Estado. Área: DIREITOS HUMANOS: 1. Os direitos humanos na perspectiva histórica: sua evolução e afirmação. 2. Questões terminológicas: direitos humanos, direitos fundamentais e liberdades públicas. 3. Teorias explicativas dos direitos humanos / A teoria geracional. 4. Os direitos humanos em espécie. 5. Os direitos individuais. 6. Os direitos sociais e suas subespécies. 7. Os "direitos de solidariedade". 8. Os direitos políticos. 9. Restrições a direitos fundamentais: razoabilidade e proporcionalidade / O direito de resistência. 10. As garantias e os remédios



constitucionais. 11. Estado de defesa e Estado de sítio. 12. A jurisprudência do STF em matéria de direitos humanos. 13. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a ordem constitucional interna. Área: CRIMINOLOGIA: 1. História do pensamento criminológico. 2. Criminologia e método. 3. Criminologia e controle social. 4. Escola clássica e escola positivista. 5. Teoria da anomia. 6. Escola de Chicago. 7. Criminologia crítica e reação social. 8. Criminologia clínica. 9. Criminologia latino-americana. 10. Criminologia e delinquência juvenil. 11. Criminologia e gênero. 12. Criminologia racial. 13. Criminologia corporativa. 14. Criminologia e superencarceramento. 15. Criminologia e Política Criminal. 16. Criminologia experimental. 17. Criminologia e Sistema de Justiça criminal brasileiro. 18. Criminologia, violência, desenvolvimento e cidadania. 19. Criminologia e neurociência. 20. Criminologia e vitimologia. **APROVAR: 2 - Prot. 22.5.227.89.8 - Solicitante: Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz - Solicitação de recursos financeiros - Manaus, Amazonas, na UEA - Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, para ministrar curso intensivo sobre "Criminologia da Amazônia", no período de 29.11.2022 a 02.12.2022.** Parecer FAVORÁVEL Prof. Dr. Cláudio do Prado Amaral. Aprovado por unanimidade. **3 - Prot. 22.5.231.89.5 - Solicitante: Prof. Dr. Victor Gabriel de Oliveira Rodríguez - recurso financeiro para reembolso de diárias - Afastamento para proferir a palestra "Delação Premiada no Paraguai", e reunir-se com autoridades do Paraguai, no período de 01 a 03.09.2022.** Parecer FAVORÁVEL: Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira. Aprovado por unanimidade. **4 - Prot. 22.5.232.89.1 - Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira - Solicitação de recursos financeiros - diárias e passagem aérea internacional para participar do XI Encontro Internacional do CONPEDI de Santiago do Chile, no período de 13 a 15.10.2022.** Parecer retirado de pauta, a pedido da parecerista, Profa. Dra. Maria Paula Bertran. A solicitação de recursos financeiros para o CONPEDI deverá ser encaminhada para parecerista único, conforme orientação do Conselho Departamental, nesta sessão. **5 - Proc. 22.1.517.89.9 - Curso: Advocacia Criminal e Teoria do Delito - edição: 22.001 - oferecimento: 1 - Período: 04/02/2023 a 04/06/2023 - Coordenador: Daniel Pacheco Pontes.** Parecer FAVORÁVEL Profa. Dra. Fabiana Cristina Severi. Aprovado por unanimidade. III - PAUTA SUPLEMENTAR. **1 - Proc. 22.1.590.89.8 - Curso de Extensão Universitária - atualização - Curso: Direito para Saúde - edição: 22.003 - oferecimento: 1 - Período: 02/09/2023 a 31/01/2024 - Coordenador: Daniel Pacheco Pontes.** Parecer FAVORÁVEL no mérito, emitido pelo Prof. Dr. Prof. Rubens Beçak, com ressalvas do ponto vista formal. Após leitura do parecer e posteriores esclarecimentos pelo sr. Coordenador, Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes, a solicitação foi aprovada por unanimidade. **3 - Prot. 22.5.249.89.1 - Recursos financeiros para pagamento de 05 diárias internacionais de (12 a 16/10/2022) para participar do XI Encontro Internacional do CONPEDI de Santiago do Chile, no período de 13 a 15.10.2022.** Prof. Dr. Gabriel Loretto Lochagin. Solicitação de recursos financeiros deverá ser encaminhada para parecerista único, conforme orientação do Conselho Departamental, nesta sessão. **4 - Prot. 22.5.255.89.1 - Solicitante: Melissa Amaral Moraes Salles. Solicitação - Recursos financeiros discentes - pagamento de auxílio e passagem aérea para participar do Congresso Internacional do CONPEDI, em Santiago do Chile, no período de 12 a 15.10.2022.** INDEFERIDO por unanimidade, pois, conforme



orientação do Colegiado nesta sessão ordinária, o evento destina-se aos alunos da Pós-Graduação, não cabendo apresentação de artigos por graduandos. **5 - Prot. 22.5.250.89.1 - Solicitante: Vinicius Luiz Peternelli Castanheiro. Solicitação - Auxílio discente para aquisição de passagem aérea e 05 diárias internacionais (12 a 16/10/2022) para participar do XI Encontro Internacional do CONPEDI de Santiago do Chile, no período de 13 a 15.10.2022.** INDEFERIDO por unanimidade, pois conforme orientação do Colegiado nesta sessão ordinária, o evento destina-se aos alunos da Pós-Graduação, não cabendo apresentação de artigos por graduandos. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão às 15h40 horas. Do que, para constar, eu _____ Daniel Adolfo Salgueiro Pires, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos senhores membros presentes à Sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois.